

POLÍTICAS CULTURAIS NAS UNIVERSIDADES: A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA PARTICIPATIVA E A DERROCADA AUTORITÁRIA

Alexandre Santos Arantes de Souza¹
Prof. Dr. Marco Antônio de Castilhos Acco²

Resumo: O presente artigo é um esforço de pesquisa em remontar a trajetória mais recente de interação entre as políticas públicas de Educação e Cultura no Brasil, mais especificamente as de âmbito do Ensino Superior, no período que compreende desde o primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva e os governos petistas seguintes - momento este de efervescência do campo das políticas culturais e de fortalecimento do Ministério da Cultura -, chegando até os dias atuais, quando estas políticas sofrem diretamente os efeitos do golpe parlamentar, jurídico e midiático contra a democracia, que destituiu a presidenta eleita, Dilma Viana Rousseff, elevando Michel Temer a chefe do Executivo Federal. Analisa-se o percurso de construção do Programa Mais Cultura nas Universidades como política de referência em nível federal e as discontinuidades do seu processo de implementação pelo Ministério da Cultura pós-Golpe.

Palavras-chave: Políticas de Cultura e Educação; Formação de Agentes Culturais; MinC Pós-Golpe.

A guinada da Cultura: deslocamentos e estruturação da Política Pública de Cultura a partir do governo Lula

As reformulações conceituais trazidas à tona pelo ex-ministro Gilberto Gil e sua equipe a partir de 2003, redirecionaram a década seguinte de atuação do órgão. Já em seu discurso de posse, Gil apontava os rumos que seguiria. Criticou a política cultural centrada nas Leis de Incentivo Fiscal e no Mercado; falou do Brasil profundo, do seu povo, do sincretismo, da diversidade como nosso traço identitário mais nítido; falou em expandir, de extrapolar o próprio Ministério da Cultura, criando pontes que permitissem uma capilarização do MinC em outros setores do governo, da Educação ao Turismo, do Meio Ambiente ao Trabalho, dos Esportes à Integração Nacional, enfatizando o papel do Ministério das Relações Exteriores diante dos desafios de um Brasil globalizado e se reposicionando mundialmente. Ao afirmar que a partir dali queria "o Ministério presente em todos os cantos e recantos de nosso país" (GIL, 2003), o ex-ministro anunciava um novo perfil para o MinC, inserindo-o neste momento

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Pesquisador vinculado ao Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult/UFPB). Alexandre.parahybolica@gmail.com

² Docente do Departamento de Gestão Pública da Universidade Federal da Paraíba. Coordenador do Observatório de Políticas Culturais (ObservaCult/UFPB).

histórico de retomadas e renovação na política brasileira, marcado pela chegada de Luís Inácio Lula da Silva à presidência naquele ano.

As políticas públicas de cultura passaram a vivenciar um novo marco histórico e a representar um papel central para o enfrentamento dos desafios de superação das desigualdades brasileiras, para a implementação de mudanças sociais, econômicas, políticas, simbólicas e propriamente culturais. O principal deslocamento promovido por este novo MinC foi o de estabelecer a *dimensão antropológica* da cultura como ponto de partida para orientar as políticas, ou seja, "aquela que, levada às últimas consequências tem em vista a formação global do indivíduo, a valorização de seus modos de viver, pensar e fruir, de suas manifestações simbólicas e materiais, e que busca, ao mesmo tempo, ampliar seu repertório de informação cultural, enriquecendo e alargando sua capacidade de agir sobre o mundo. O essencial é a qualidade de vida e a cidadania, tendo a população como foco". (BOTELHO, 2007)

O reconhecimento da cultura como direito humano, garantido na Constituição Federal Brasileira (1988) em seus artigos 215 e 216, e também em documentos internacionais da ONU/UNESCO, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e inúmeras outras que partem rumo ao reconhecimento e consolidação de um conjunto de direitos culturais, deu bases para o principal argumento teórico desta retomada política, orientando a formulação da Política Nacional de Cultura e todos os seus elementos. Neste sentido, contribuiu para consolidar, no campo da política pública de cultura, a "visão tridimensional da cultura", isto é, o entendimento de que existem pelos menos três dimensões sobre as quais se organiza o setor cultural. São elas: a *dimensão simbólica*, que engloba o fazer artístico e a diversidade cultural; a *dimensão cidadã*, que visa garantir os direitos culturais, o acesso à cultura e a participação política a partir de mecanismos de controle social; e a *dimensão econômica*, que reconhece a cultura como vetor de desenvolvimento, a partir do potencial gerador das dinâmicas próprias à economia da cultura.

A esse avanço conceitual e político, necessitou-se também um avanço institucional, criando bases para que o Ministério ampliasse o seu raio de alcance e atuasse de maneira transversal aos grandes temas do país. O fortalecimento institucional do MinC, dentro e fora do governo, garantiu condições para a efetivação de políticas estruturantes, capitaneadas por processos participativos inéditos em se tratando da gestão cultural brasileira. A realização das

duas primeiras Conferências Nacionais de Cultura³ (2005 e 2010, tendo sido realizada a terceira em 2013), além de consultas públicas, seminários e debates em todas as regiões brasileiras, deram subsídios para a elaboração do Sistema Nacional de Cultura - SNC (Emenda Constitucional nº 71/2012) e do Plano Nacional de Cultura 2010-2020 (Lei N.º 12.343/2010). O primeiro é o corpo institucional da Política Nacional de Cultura do país, consistindo numa lei orgânica que define um modelo de gestão amplo e complexo, composto por diversos elementos, estabelecendo ainda um pacto federativo entre União, estados e municípios, engenharia nada fácil num país de dimensões continentais. O segundo é um dos principais elementos do SNC, por se tratar de um documento norteador, responsável por planejar o setor cultural até 2020. Ainda que críticas mereçam ser aprofundadas e detalhadas sobre o conjunto do PNC e suas 53 metas, é preciso reconhecer sua importância como instrumento de planejamento a longo prazo.

Formado por uma série de componentes⁴, o SNC possui uma complexa arquitetura, que serve de referência para a criação dos sistemas estaduais e municipais. Cada elemento possui sua devida importância para o pleno funcionamento do referido sistema, sendo ele próprio somente possível com a articulação indissociável entre todas as partes. Já o Plano Nacional de Cultura é a peça-chave para a consolidação desse sistema e desse cenário desejável. Enquanto instrumento de planejamento, o PNC aponta para um setor cultural no Brasil de 2020, e para alcançá-lo foram elaboradas 53 metas, fruto de um longo processo participativo, de diálogos e consultas junto a sociedade civil. Vê-se, portanto, aqui um grande esforço no sentido de planejar, organizar, implementar, gerir e consolidar políticas públicas de Estado, duradouras e sólidas, e não apenas políticas de governo, sazonais e descontinuadas.

Toda política pública é uma tomada de decisão. Ao reconhecer a existência de uma tridimensionalidade da cultura e, a partir dela, ao decidir por desenvolver políticas culturais de caráter sistêmico e de perspectiva ampliada, reconhecendo a dimensão antropológica no âmbito

² Anteriormente a estas duas conferências, uma outra havia sido realizada. De 22 a 24 de novembro de 2000, já ao final do segundo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto, ação conduzida pela Câmara dos Deputados, para a qual o então Ministério da Cultura não se envolveu ou pouco se mobilizou;

³ São elementos constitutivos do SNC: I - Órgãos Gestores da Cultura; II - Conselhos de Política Cultural; III - Conferências de Cultura; IV - Planos de Cultura; V - Sistemas de Financiamento à Cultura; VI - Sistemas Setoriais de Cultura (quando pertinente); VII - Comissões Intergestores Tripartite e Bipartites (apenas para Estados e União); VIII - Sistemas de Informações e Indicadores Culturais (implantação de forma progressiva); IX - Programa Nacional de Formação na Área da Cultura (implantação de forma progressiva).

das políticas públicas de cultura, constituiu-se uma decisão política de ruptura, passando a olhar profundamente para a cultura brasileira, considerando toda sua amplitude e complexidade, ou, nas palavras de Gil, sua "abrangência". Dessa maneira, percebeu-se naquele momento que nenhuma política isolada daria conta das enormes lacunas deixadas pelos governos neoliberais, necessitando a formulação de políticas sistêmicas.

Este fortalecimento do setor cultural, a criação de bases estruturais e institucionais, a legitimidade social a partir de processos de participação, todo este contexto gerou importantes deslocamentos na agenda de cultura do governo federal durante os governos petistas (2003-2016). Neste período, a cultura pautou e foi pautada por diversos outros setores – assim como provocava Gilberto Gil desde seu discurso de posse. Com isso, o MinC passou a aproximar-se de diversas outras agendas, e dentre elas, a da Educação.

Aproximações das agendas de Educação e Cultura nos governos do PT

No âmbito das políticas públicas de Educação, em 2007, através do Decreto N.º 6.096, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o “objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007). O REUNI é criado para ser uma política de reparação aos anos de abandono ao qual foram relegadas as universidades federais na década anterior, sob gestão dos governos neoliberais tucanos (FHC I e II). O programa continha ações de cunho estrutural e pedagógico, contemplando a criação de novos campi, novas instalações físicas para a prática pedagógica, como salas de aulas e laboratórios, novas unidades acadêmicas (Departamentos e Centros), bem como a criação de cursos de graduação e sua articulação com a pós-graduação, a revisão das estruturas curriculares, a ampliação da mobilidade estudantil, o combate à evasão e a ampliação das políticas de assistência estudantil.

Ainda que não caiba aqui a análise aprofundada do processo de implantação do REUNI, é preciso pontuar que, do ponto de vista da sua execução, houve uma série de dificuldades no âmbito administrativo das universidades. Isto se dá por diversos motivos, indo desde a inabilidade de certos setores em executar e gerir projetos de grande envergadura, até as complicações geradas pelo engessamento das leis federais, como a Lei 8.666/1993, lei geral das licitações, entre outras dificuldades.

No entanto, é preciso que se diga que o REUNI foi a principal política de reestruturação das IES após quase duas décadas de parques investimentos no setor da educação, e mais especificamente, nas universidades. Sua implantação deu margens para que estas reformas atingissem também o setor de artes e cultura das universidades, seja na gestão da política cultural das instituições, seja nos investimentos diretos no tripé básico, ensino-pesquisa-extensão, ligados ao campo cultural. Para ACCO (2012), esta era uma política de grande potencial, capaz de “contemplar cursos associados às artes, à diversidade e à economia da cultura e apoiar a formação de professores e o desenvolvimento de pesquisa e extensão na agenda, podendo se converter num importantíssimo mecanismo de afirmação da política de educação e cultura”.

Neste sentido, é possível apontar o REUNI como uma das principais políticas responsáveis pela criação de inúmeros cursos vinculados ao campo da cultura e das artes em todo Brasil, levando muitas universidades a criarem suas primeiras graduações em artes ou criando novas, que somaram-se as já existentes, assim como levou a criação de pós-graduações.

Já no âmbito das políticas públicas de cultura, as duas primeiras Conferências Nacionais de Cultura, realizadas nos anos de 2005 e 2010, são responsáveis por indicar a emergência em reaproximar as duas agendas em questão, ganhando legitimidade por se tratarem de demandas prioritárias elaboradas e eleitas pela sociedade civil quando da sua participação nestes espaços destinados a interlocução entre poder público e sociedade.

Principalmente a segunda Conferência exerceu influência direta na consolidação das metas relacionadas à interação entre educação e cultura contidas no Plano Nacional de Cultura. Nota-se, pela leitura das demandas eleitas, o claro amadurecimento da sociedade civil, a partir do alto nível daquilo que foi elaborado. Seis das sete propostas aprovadas nesta Conferência foram incorporadas integralmente, servindo de referência para nortear esta estratégica política pública.

Das sete metas contidas no PNC dedicadas ao tema “Educação e Produção de Conhecimento”, cinco estão diretamente ligadas ao ensino superior e ao ensino técnico, sendo estas as metas 15, 16, 17, 18 e 19, especificamente voltadas a formação de agentes e gestores culturais, fomento à pesquisa, à qualificação, à capacitação e à certificação dos agentes culturais. São as metas a seguir:

"Meta 15: Aumento em 150% de cursos técnicos habilitados pelo Ministério da Educação (MEC), no campo da arte e cultura com proporcional aumento de vagas

Meta 16: Aumento em 200% de vagas de graduação e pós-graduação nas áreas de conhecimento relacionadas às linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura, com aumento proporcional do número de bolsas;

Meta 17: 20 mil trabalhadores da cultura com saberes certificados pelo Ministério da Educação;

Meta 18: Aumento de 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura;

Meta 19: Aumento em 100% no total de pessoas beneficiadas anualmente por ações de fomento à pesquisa, formação, produção e difusão de conhecimento" (BRASIL, 2012)

Ao estabelecer um ponto de chegada, ou seja, metas a serem alcançadas para a constituição de um cenário de políticas culturais no Brasil de 2020, o PNC ergue uma visão de futuro para o setor cultural. Ao mesmo tempo, uma série de desafios são gerados para a consolidação deste percurso. ACCO (2012) aponta seis desafios, entre os quais elegemos três como prioritários para o desenvolvimento das metas que ligam cultura à educação.

Dessa forma, o autor aponta a necessidade de que tais metas tenham clareza sobre o ponto de partida, isto é, um diagnóstico objetivo, baseado em dados e indicadores, que nos faça saber “de qual patamar estamos partindo para identificar quanto precisamos fazer para alcançar a meta programada”; geração de um sistema de avaliação e monitoramento capaz de acompanhar permanentemente o desenvolvimento das metas diante dos processos de implantação e execução de políticas e ações criadas para atendê-la, com a especial habilidade de adequar aos diferentes contextos ao longo da empreitada; e a necessidade de se ter clareza quanto ao custo que cada meta impõe para o seu desenvolvimento ao longo da vigência do plano. Tais desafios compreendem todo o percurso das políticas elaboradas para se atender e alcançar as metas estabelecidas - que, ao mesmo tempo, devem ser vistas como demandas apontadas pela própria sociedade civil, haja visto os seus vínculos diretos com as propostas prioritárias eleitas nas Conferências.

É preciso que se diga que, em se tratando do Estado, há um tempo de construção e implementação próprio, que nunca acompanha o ritmo da demanda real vinda da sociedade sobre certos temas de políticas públicas. Tanto a superação dos desafios apontados por Acco quanto o desenvolvimento das próprias metas aqui elencadas caminharam, até 2015, sob diversos ritmos, ora mais acelerado, ora mais lento, mas mantendo-se em atividade, como resposta as questões ativas pelo próprio MinC ao conjunto do campo cultural.

Contudo, foi neste ambiente favorável, de retomada do papel formulador do Estado, de criação do Sistema Nacional de Cultura, de elaboração do Plano Nacional de Cultura e fixação de metas para o cenário em vista, e de fortalecimento do setor cultural como fundamental diante

dos desafios do desenvolvimento humano, social, político e econômico, que as universidades brasileiras passaram a desempenhar um papel decisivo para a consolidação deste cenário.

Apesar da aprovação das metas do PNC datarem de 2012, já em 2010, após a II Conferência Nacional de Cultura realizada em março, alguns passos foram dados, com a intenção de apresentar respostas as demandas eleitas. Em 30 de junho de 2010, o então ministro Juca Ferreira assinou a Portaria nº 70, onde criava o Programa Cultura e Universidade, com o "objetivo de fomentar as ações e consolidar as políticas culturais no âmbito das instituições de ensino superior brasileiras" (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2010).

Ainda que tenha sido um primeiro passo, o Programa em nada avançou, não se consolidando enquanto política pública. Duas leituras podem indicar os motivos do insucesso e estagnação: a primeira trata-se do resultado do pleito eleitoral de 2010, que elegeu Dilma Rousseff presidenta, levando a reconfiguração na gestão do ministério; e a segunda refere-se a uma série de fragilidades e controversas contidas na Portaria que, por conseguinte, teriam inviabilizado a sua implantação.

Em seu Artigo 1º a Portaria estabelece como *locus* dessa política pública as "Instituições de ensino superior brasileiras", sob uma redação sem critérios, deixando aberta a possibilidade de participação do setor privado. Esta tendência se repete no Artigo 3º inciso II e Artigo 4º, onde entidades de direito privado sem fins lucrativos, como fundações e institutos, são eleitas como parceiras em potencial ao mesmo patamar de entidades públicas ou da própria rede federal de ensino superior já constituída.

Segundo a redação do Artigo 4º - Parágrafo Único, "as escolhas dos projetos no âmbito do Programa serão realizadas, preferencialmente e quando for possível e adequado, por procedimento de seleção pública, de modo a contemplar ações que atendam ao previsto na presente Portaria". Com isto, o Ministério da Cultura garantia para si o direito de selecionar propostas sem necessariamente instituir processos públicos e transparentes de seleção, contrariando um caráter republicano de política pública e dando margens ao possível ressurgimento da velha "política de balcão".

Já em seu Capítulo 7º, a Portaria estabelece que os projetos e ações do Programa serão de competência da Secretaria de Políticas Culturais (SPC/MinC), sendo, inclusive, a própria Portaria assinada apenas pelo Ministro da Cultura. Dessa forma, já desde sua criação, o Programa apresenta um caráter de auto-isolamento do MinC, tendo o MEC ficado à margem dessa construção, ainda que fosse um órgão estratégico, necessário e especialmente interessado nessa política.

Ao analisar o programa, Botelho (2011) o define como “ambicioso” e nos revela uma crítica ao processo:

"Por ambicioso me refiro tanto ao campo de inserção pretendido, pois ele se configura como um programa de política cultural para a área da educação, como também a uma série de aspectos que sugerem a superposição com conteúdos que já são próprios das carreiras universitárias. Nesses casos, elas já são ou deveriam ser cobertas pelo orçamento do Ministério da Educação. Mais interessante teria sido se ambos os ministérios tivessem assinado o programa conjuntamente. Assim há que se tomar o cuidado de não substituir as competências das pastas, pois, havendo financiamento, a experiência mostra, haverá a tendência de se recorrer aos caminhos mais disponíveis e, entre aspas, mais fáceis de se negociar."

Tendo em vista que o programa não foi implantado e nem gerou desdobramentos, não nos cabe maiores avaliações. Mas é necessário que se registre que diante de uma pauta tão estratégica e estrutural, a forma como foi conduzida a aprovação da Portaria nº 70 pelo então ministro Juca Ferreira soa hoje como despreparada, enquanto resposta a uma demanda deste porte. Caso se mantivesse isolado, de certo, o Ministério esbarraria em limitações orçamentárias, estruturais e funcionais na gestão de uma política como esta.

Com a mudança dos ventos políticos e a reorganização do Ministério em 2010, esta importante agenda ficaria estagnada pelos dois anos seguintes, sendo retomada a partir de uma ação singular dentro do órgão. Na gestão da ex-ministra Ana de Hollanda, através do Decreto 7.743, de 01 junho de 2012, foi criada a Diretoria de Educação e Comunicação vinculada à Secretaria de Políticas Culturais (SPC), a qual competia “propor e acompanhar o desenvolvimento e a integração de políticas públicas de cultura às de educação e às de comunicação junto aos órgãos e entidades vinculadas do Ministério” e externos ao MinC. Pode-se dizer que a criação desta Diretoria é também um momento inaugural, visto que,

“Deste modo, o Ministério da Cultura tratou de constituir, pela primeira vez em sua história de quase três décadas, uma unidade claramente identificada para coordenar as articulações internas e externas ao Sistema MinC, necessárias para a afirmação de uma política de cultura para a educação. A identificação de um locus organizacional claramente definido para ser a referência e o *coaching* interno de suporte para as demais áreas na construção de suas iniciativas para a agenda segue o modelo institucional de países como a Colômbia, que também trataram de constituir sua unidade interna de referência para o tema no seu Ministério da Cultura.” (ACCO, 2012)

Este diálogo institucional entre MinC e MEC, para o desenvolvimento de uma política no âmbito das IES, ocorreria somente mais tarde, em meados de 2013, já enquanto fruto das primeiras ações desenvolvidas pela Diretoria de Educação e Comunicação. Foi no mês de abril daquele ano que os ministérios realizaram o I Seminário Cultura e Universidade, cujo tema foi “Bases para uma política nacional de cultura para as Instituições de Ensino Superior”, na Universidade Federal da Bahia. A realização deste seminário se deu com o objetivo de elaborar diretrizes nacionais para a consolidação de uma política interministerial de fomento e incentivo a promoção cultural no âmbito das universidades brasileiras, sensibilizando, mobilizando e articulando as IES para dialogar sobre ações que promovam o desenvolvimento da cultura, envolvendo a ampliação de programas e cursos voltados para a formação, pesquisa e extensão em arte e cultura, comunicação, gestão e produção cultural e em técnicas e processos relacionados aos setores criativos. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2013).

O Seminário reuniu importantes nomes do campo das políticas culturais brasileiras, estudiosos de diversas instituições, e tiveram como objetivo orientar os debates travados nos Grupos de Trabalho, que por sua vez contaram com a presença de gestores e funcionários dos setores de gestão cultural das Universidades. Dessa forma, o Seminário torna-se o primeiro espaço público para debater o amadurecimento dessa política intersetorial, extrapolando o gabinete da Diretoria e envolvendo diretamente os gestores culturais das universidades, coordenadores de cursos e chefes de departamentos associados às artes.

Diante da amplitude e da significância dos temas abordados, cuja análise dos anais produzidos necessitaria maior detalhamento, destacamos aqui o “GT 1 – Arte e Cultura na universidade: novos arranjos para o ensino, pesquisa e extensão”, onde consta, no relatório final, as linhas gerais de uma política que se concretizaria tempos mais tarde. A discussão naquele GT girou em torno da proposta apresentada pelo Ministério de criação do então Pró-Cultura Universitária - Programa de Cultura e Arte, com o objetivo de fomentar a implementação de políticas públicas nas áreas de arte e cultura nas Universidades.

Em dezembro de 2013, oito meses após o Seminário, o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura publicaram a Portaria Interministerial nº 18, concretizando os debates acumulados e implantando um novo programa voltado ao fomento de arte e cultura nas IES, o Mais Cultura nas Universidades.

O Programa Mais Cultura nas Universidades: um primeiro passo

A Portaria Interministerial nº 18/2013 representou um avanço significativo em relação a primeira, editada solitariamente pelo Ministério da Cultura. Em suas considerações iniciais, o documento apresenta os marcos legais sobre os quais se apoia para que seja instituído o Programa Mais Cultura nas Universidades. É no Plano Nacional de Educação, no Plano Nacional de Cultura e nos Artigos 205, 206, 207, 208, 214, 215, 216 e 216-A da Constituição Federal Brasileira que a Portaria encontra o seu arcabouço legal, ou seja, naqueles Artigos que versam sobre a Educação e a Cultura, reconhecendo-as como direito de todos e dever do Estado a sua promoção. E reafirma este caráter público ao definir o seu *locus* de atuação como sendo “as universidades e instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, em mais um caso diferenciando-se da primeira portaria.

Fica igualmente claro o avanço no modelo de gestão assumido nesta nova Portaria, quando esta propõe a criação de duas instâncias, sendo o Comitê Técnico a unidade destacada a coordenar o processo de implantação do Programa e seleção das propostas oriundas das universidades, e o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura, composto pelas instituições selecionadas e suas parceiras com o objetivo de congregá-las e articulá-las, servindo ainda enquanto instância de monitoramento. Em sua estrutura, o Comitê Técnico é composto por dois membros indicados pelo MEC, dois indicados pelo MinC, um pela Associação nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES e um indicado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF. Ao envolver em sua estrutura de gestão as principais instituições diretamente interessadas na implantação desta política, cria-se uma espécie de pacto institucional, comprometendo a todos com o processo de desenvolvimento do Programa.

O texto reforça a complementariedade entre os diferentes níveis de ensino, com especial atenção à articulação entre o ensino superior e o ensino técnico e profissionalizante, e coloca lado a lado as Universidades Federais e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como as principais beneficiadas. De certo, esta é uma articulação estratégica, a partir da qual ambos os níveis de ensino podem qualificar o nível da formação oferecida. Se levarmos em conta o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego - PRONATEC, política destinada ao ensino profissionalizante em nível federal, e os cursos técnicos por ele oferecidos ligados ao setor cultural⁵, teremos, no âmbito universitário, seu

⁴ Compõem os cursos ofertados no Eixo Tecnológico "Produção Cultural e Design" do PRONATEC: Técnico em Arte Circense, Técnico em Arte Dramática, Técnico em Artes Visuais, Técnico em Artesanato, Técnico em Canto, Técnico em Cenografia, Técnico em Composição e Arranjo, Técnico em Comunicação Visual, Técnico em Conservação e Restauro, Técnico em Dança, Técnico em Design

público-alvo diretamente vinculado às graduações de artes. Uma ação que se proponha a articular cursos técnicos e profissionalizantes a cursos de graduação, essencialmente teóricos e acadêmicos, em parceria com as universidades, pode contribuir para uma formação ampla dos estudantes, atendendo a conteúdos que, por vezes, as graduações encontram dificuldades estruturais e pedagógicas em oferecer.

Foram questões contempladas pelas diretrizes e objetivos do Programa em sua Portaria de criação, por exemplo, o reconhecimento da importância dos saberes populares coexistirem junto aos saberes acadêmicos nos processos pedagógicos desenvolvidos; apoiar a qualificação dos recursos humanos, em arte e cultura, das IES; estruturação dos equipamentos culturais e laboratórios de criação e inovação; exigir que as universidades proponham apenas um projeto, como forma de que este tenha uma identidade institucional; instituir um modelo seleção de propostas via edital público, firmando-se uma visão republicana sobre a implantação do Programa; garantia de edital anual, de forma a prever uma continuidade para esta política; perspectiva ampliada de cultura, englobando não somente as linguagens artísticas, mas também outras áreas que estão inseridas no amplo setor cultural.

Este último ponto pode ser percebido a partir dos oito Eixos que estruturaram o raio de ação do Programa, com abertura às mais variadas linhas de atuação. Seus temas plurais e a redação contida no Edital nos remetem diretamente aos Anais do I Seminário Cultura e Universidade, identificando uma série de convergências entre o que foi deliberado e o que foi aproveitado para o desenvolvimento do Programa. São os eixos:

Eixo 1 – Educação Básica;

Eixo 2 – Arte, Comunicação, Cultura das Mídias e Audiovisual:

- 2.1. Equipamentos;
- 2.2. Formação;
- 2.3. Produção;
- 2.4. Distribuição, difusão e preservação;
- 2.5. Inovação e Tecnologia;

Eixo 3 – Arte e Cultura Digitais;

de Calçados, Técnico em Design de Embalagens, Técnico em Design de Interiores, Técnico em Design de Joias, Técnico em Design de Móveis, Técnico em Documentação Musical, Técnico em Fabricação de Instrumentos Musicais, Técnico em Instrumento Musical, Técnico em Modelagem do Vestuário, Técnico em Multimídia, Técnico em Museologia, Técnico em Paisagismo, Técnico em Processos Fonográficos, Técnico em Processos Fotográficos, Técnico em Produção de Áudio e Vídeo, Técnico em Produção de Moda, Técnico em Publicidade, Técnico em Rádio e Televisão e Técnico em Regência.

Eixo 4 – Diversidade Artística-Cultural;

Eixo 5 – Produção e Difusão das Artes e Linguagens;

Eixo 6 – Economia Criativa, Empreendedorismo Artísticos e Inovação Cultural;

Eixo 7 – Arte e Cultura: Formação, Pesquisa, Extensão e Inovação;

Eixo 8 – Memória, Museus e Patrimônio Artístico-Cultural.

No Eixo 2, é perceptível a consistência dada à demanda do setor audiovisual, prevendo ações que possam agir sobre toda a sua cadeia. O setor é estratégico, visto que a articulação entre “Arte, Comunicação, Cultura das Mídias e Audiovisual”, no âmbito das Universidades é capaz de garantir a produção de conteúdos que promovam e difundam os conhecimentos gerados, indo além da sala de aula. Sabendo-se que em nível federal o audiovisual é um dos setores mais consolidados, tendo a frente de suas políticas e sua regulação a Secretaria do Audiovisual (SAV/MinC) e a Agência Nacional de Cinema (Ancine), dois importantes órgãos direcionados exclusivamente ao setor, pode-se traçar uma série de desdobramentos capazes de serem estimulados a partir de uma política federal que estimule a criação de políticas culturais voltadas para o audiovisual nas Universidades.

Os recursos orçamentários passaram a ser repassados pelo próprio Ministério da Educação, trazendo-o para um maior comprometimento. Duas faixas de financiamento foram estabelecidas: um valor mínimo de R\$ 500 mil reais e um valor máximo de R\$ 1,5 milhão. Das Universidades foi exigida a apresentação de um “Plano de Cultura” com vigência de dois anos, tempo destinado ao desenvolvimento das metas e ações planejadas. Aqui, podemos dizer que naquele momento os Ministérios perderam a oportunidade de firmarem uma contrapartida estratégica: tendo em vista que são as beneficiadas diretamente, as instituições deveriam ser convocadas a garantirem contrapartidas financeiras como complemento aos recursos pleiteados – algo como o que faz a SAV com os editais de produção audiovisual, onde a cada R\$ 1,00 (um real) posto pelos entes federados (estados e municípios), o governo federal triplica o valor. Ainda que os recursos que mantêm tais instituições estejam vinculados ao próprio MEC, prever esta contrapartida levaria as Universidades a fazerem constar o investimento em cultura como preocupação no interior de seus planejamentos e orçamentos.

Em 2014, MinC e MEC lançaram o primeiro edital do Programa Mais Cultura nas Universidades, convocando Institutos Federais de Educação Tecnológica e Universidades Federais a proporem seus Planos Bienais. Em 2015, o resultado anunciava 98 instituições classificadas e 18 contempladas com os recursos provenientes do Programa. Neste mesmo ano,

o Ministério da Cultura anunciou mudanças em sua estrutura, elevando a Diretoria de Educação e Comunicação para a Cultura, até então vinculada à Secretaria de Políticas Culturais (SPC), ao *status* de Secretaria, sendo criada a Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (Sefac).

Contudo, estas foram as últimas ações do MinC ao encontro desta política até antes do golpe deferido na presidenta Dilma Rousseff, destituindo-a do cargo para o qual foi eleita. O que se sabe é que apenas algumas instituições bem posicionadas no resultado final chegaram a receber parte dos recursos oriundos do Programa. Mas a descontinuidade de toda esta política, erguida a partir de um largo percurso trilhado entre entes públicos e agentes da sociedade civil, representa um imenso retrocesso político e o rompimento de compromissos firmados em diversos espaços de formulação e negociação, como o foram as Conferências e os Seminários realizados.

MinC pós-Golpe: as três tristes tradição mais atuais do que nunca

O Golpe de 2016 tem sido cruel com o campo cultural, mostrando desde o início a que veio, quando já como uma das primeiras ações, Michel Temer tentou extinguir o MinC e reduzi-lo ao *status* de Secretaria vinculada ao MEC – aos moldes do que fez Fernando Collor. O mesmo poder que teve a sociedade civil e os movimentos culturais em fazer reverter a extinção do MinC, garantindo o retorno do Ministério após um amplo processo de ocupações nos prédios da instituição por todo o país, infelizmente, não se teve igual poder para reverter outras situações, como a derrocada de inúmeras políticas estruturantes. Não apenas o Programa Mais Cultura nas Universidades sentiu o peso da descontinuidade política, mas também diversos outros programas importantes, como o Cultura Viva, por exemplo, uma das políticas culturais mais importantes e profundas já criada pelo MinC.

Esse ambiente nos remete diretamente a um cenário que parecia já ter sido superado, aquele para o qual aponta Rubim ao definir o processo de formação das políticas culturais brasileiras. Esquemáticamente, RUBIM (2007) sugere três particularidades capazes de traduzir o modo como foram formadas historicamente as políticas culturais nacionais, heranças definidas por ele como as "três tristes tradições", sendo elas *ausência*, *autoritarismo* e *instabilidade*. Esta tríade revela a fragilidade da cultura diante do aparelho estatal brasileiro. O conceito, criado para lançar luzes ao percurso histórico destas políticas mostra-se mais atual que nunca.

“A ausência pôde ser caracterizada pelos anos de 1945 a 1964 e pelo governo do presidente FHC – sem contar com períodos anteriores a década de 1930 –, marco brasileiro inaugurador de ações estratégicas governamentais na área da cultura. O autoritarismo foi marcado pela gestão do presidente Vargas / Capanema (de 1934 a 1945) e pela Ditadura Militar (de 1964 a 1985). Já a instabilidade das políticas culturais se caracterizou pelos momentos dos governos dos presidentes Sarney, Collor e Itamar.” (COSTA, 2011)

O atual governo federal consegue articular na essência de suas políticas e de suas práticas de gestão as marcas de cada triste tradição aqui apontada. Consegue ser ausente, ao eliminar de seu repertório um conceito de cultura abrangente, amplo, abandonando com isso áreas e políticas que necessitam atenção direta do Estado; é autoritário, não apenas pelo modo que chegou ao poder, mas também por encerrar os espaços de diálogo e construção coletiva; e é instável, ao passo que inúmeras políticas em vias de consolidação foram sumariamente eliminadas, sufocadas, extintas.

O atual governo federal extinguiu a Sefac e com ela inúmeras políticas em potencial de interação entre Cultura e Educação. Políticas estas que vinham no sentido de impulsionar uma maior formação e a profissionalização no campo cultural, apontando para os mais diversos níveis de ensino e para outros processos igualmente importantes, como a geração de um ambiente favorável ao desenvolvimento artístico-cultural nas Universidades e Institutos Federais.

De forma equivocada, o MinC extinguiu a Sefac para dar lugar a criação da Secretaria de Economia da Cultura (SEC). O surgimento em si desta Secretaria não é impertinente, contudo, sua criação em detrimento da Sefac demonstra uma total desconexão com as demandas elencadas nos processos participativos e até mesmo uma falta de visão sistêmica acerca do campo cultural. Sendo a Economia da Cultura o norte para o qual aponta este governo, como pensar um projeto de desenvolvimento a partir da cultura sem prever no cerne de sua formulação a formação e a qualificação dos agentes, criadores, empreendedores, produtores e gestores, responsáveis pelas múltiplas dinâmicas do processo de organização do campo cultural? Para um governo autoritário, que se vale de um golpe parlamentar, midiático e jurídico para sustentar-se, a multiplicação de agentes culturais qualificados, com condições de reivindicar e incidir sobre a tomada de decisão acerca das políticas públicas é um incômodo? Quais os impactos para o campo cultural do descumprimento pelo MinC das políticas definidas e planejadas em seus documentos de referência e pactuadas em espaços de participação social? Ou melhor, o quanto perde o campo cultural brasileiro e seus agentes tendo sido o Ministério

da Cultura reduzido em sua essência, conceito e visão de futuro? Faltando dois anos para a finalização do Plano Nacional de Cultura, o que nos espera em 2020 como diagnóstico dos impactos diante desta descontinuidade?

Essas e outras questões necessitam de maior tempo e espaço para serem avaliadas. Os efeitos das políticas culturais em fase de implementação até 2016 e interrompidas precisam ser monitorados. Ao mesmo tempo, o campo cultural e o conjunto dos seus agentes precisa reivindicar os documentos e os pactos firmados entre a Sociedade Civil e o Estado brasileiro, no processo de formulação das políticas de longo prazo. Os documentos permanecem vigentes, e se foram abandonados pelo atual governo federal, não o devem ser pelos agentes culturais que também os construíram.

BIBLIOGRAFIA

ACCO, Marco Antonio de Castilhos. Produto III - Documento técnico contendo a Proposta de Modelo de Governança e Gestão para a implementação das ações de educação desenvolvidas pelo MinC, e sistematização de três referências conceituais e melhores práticas de políticas públicas (nacional e internacional) que integrem Cultura e Educação. UNESCO - Projeto Intersetorialidade, Descentralização e Acesso à Cultura no Brasil. UNESCO, 2012.

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, realizado entre os dias 23 a 25 de maio de 2007.

BOTELHO, Isaura. Cultura e universidade: reconstituindo as trajetórias dos diálogos institucionais. In: Políticas culturais: teoria e práxis de Lia Calabre. – São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

BRASIL. As metas do Plano Nacional de Cultura. 2012. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf/

BRASIL. Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm

COSTA, Leonardo Figueiredo. Profissionalização da organização da cultura no Brasil: uma análise da formação em produção, gestão e políticas culturais. Tese de doutoramento no Programa Multidisciplina em Cultura e Sociedade (UFBA). 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8674/1/Leonardo%20Figueiredo%20Costa.pdf>

BRASIL. **Emenda Constitucional Nº 71, de 29 de Novembro de 2012, que cria o Sistema Nacional de Cultura – SNC.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc71.htm

BRASIL. Plano Nacional de Cultura 2010-2020, Lei N.º 12.343/2010, que Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências.

<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/Lei+12.343++PNC.pdf/e9882c97-f62a-40de-bc74-8dc694fe777a>

GIL, Gilberto. Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo. 2003. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/discurso-do-ministro-gilberto-gil-na-solenidade-de-transmissao-do-cargo-35324/10883

Ministério da Cultura. Portaria nº 70, que cria o Programa Cultura e Universidade. 2010. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibmlink.php?numlink=214705>

Ministério da Cultura. Anais do Seminário Cultura e Universidade. Salvador, 2013. Disponível em: <http://culturadigital.br/culturaeuniversidade/2013/04/>

Ministério da Educação; Ministério da Cultura. Portaria Interministerial nº 18, que institui o Programa Mais Cultura nas Universidades e o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura. 2010. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_25185827_PORTARIA_INTERMINISTERIAL_N_18_DE_18_D

SANTOS, Alexandre Santos Arantes de. Políticas públicas de Cultura para as Universidades: trajetórias institucionais e proposições ao contexto da UFPB. Monografia produzida para a obtenção de título de graduado no curso de Comunicação Social pela UFPB. 2015.